



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE
DO PRESIDENTE E DOS MEMBROS DA COMISSÃO
DA REFORMA LEGISLATIVA E DO SETOR DA JUSTIÇA**

**Sala de Reuniões da Presidência do Conselho de Ministros
16 de dezembro de 2015**

Excelência Juiz Administrador do Tribunal Distrital de Díli, em representação do Presidente do Tribunal de Recurso
Exmos. Senhores membros do Governo
Exmo. Senhor Procurador-Geral da República
Exmo. Senhor Defensor Público Geral
Exmo. Senhor Provedor dos Direitos Humanos e Justiça
Exmo. Senhor Juiz Administrador do Tribunal Distrital de Díli
Exmo. Senhor Presidente da Comissão Anti-Corrupção
Exmo. Senhor Representante do Presidente da Comissão da Função Pública
Exmo. Senhor Presidente e Membros da Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça empossados

Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que acabo de empossar o Presidente e os membros permanentes e não permanentes da nova Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, estabelecida em agosto deste ano.

Começo, precisamente, por saudar os recém-empossados:

- Dr. Jorge Manuel Ferreira da Graça, membro permanente e Presidente da Comissão;
- Dr. Henrique Côrte-Real de Araújo, membro permanente;
- Dra. Melisa Ibela Diliana e Silva Caldas, membro permanente; e
- Dr. José Manuel Guterres, membro não permanente designado pelo Presidente do Tribunal de Recurso.

Tenho por certo que assumem a condução desta nova Comissão com o maior sentido de responsabilidade cientes de que têm, ao mesmo tempo, o compromisso de trabalhar para servir e defender o país bem como o interesse dos timorenses. Acredito também que, com a vossa formação académica, experiência profissional e competências técnicas estão à altura de enfrentar e superar os desafios que vão encontrar durante esta vossa missão. Deposito, por isso, no Senhor Presidente e nas Senhoras e Senhores membros permanentes e não permanentes, a confiança de que desempenharão as suas funções de forma empenhada e dedicada.

E digo “nova” porque esta Comissão surgiu com o VI Governo Constitucional, e a sua nova estrutura, que, com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, entende ser essencial analisar e aperfeiçoar os instrumentos legais que assegurem a defesa dos direitos, liberdades e garantias, assim como o acesso ao direito, aproximando a legislação dos ideais democráticos e dos cidadãos em Timor-Leste.

Assim, o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, a quem cabe a coordenação e centralização do processo legislativo e regulamentar do Governo, tem vindo a realizar inúmeras consultas preliminares a várias entidades relevantes, auscultando as

sugestões que poderão conduzir a uma melhoria da eficácia e eficiência no setor legislativo e da justiça.

O Governo considera que o diálogo entre as várias entidades só vem beneficiar a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, uma vez que contribui para uma melhor e mais eficaz correspondência com o interesse público.

Por isso, a Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça, sob a tutela deste Ministério, e que hoje toma posse, surge na sequência da necessidade de dar continuidade ao levantamento e consolidação das propostas que resultam destas reuniões. Simultaneamente, esta Comissão vai também realizar estudos aprofundados sobre a reforma das leis, no aspeto formal, na uniformização legislativa e promover a modernização do procedimento legislativo, desenvolvendo recomendações que serão apresentadas ao Governo e que, seguramente, vão auxiliar o processo da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça.

Esta é uma reforma importante e estratégica para acompanhar o crescimento e desenvolvimento do nosso país e garantir a melhor prestação de serviços à população. É crucial adequar o quadro legal e normativo ao contexto de Timor-Leste, garantindo a sua harmonização e a unidade do ordenamento jurídico, proporcionando uma melhoria da capacidade do setor legislativo e judiciário, protegendo os direitos do povo e aumentando a sua confiança e a confiança dos investidores no setor, o que por sua vez se reflete no desenvolvimento económico e social do país.

Assim, o trabalho que a Comissão vai desenvolver assume, como disse inicialmente, uma grande importância e responsabilidade uma vez que vai sugerir novas metodologias que lhe imprimem uma nova dinâmica, mais simples e moderna, ao mesmo tempo que harmonizada.

Este é o primeiro passo para uma Reforma que é transversal e afeta áreas como a boa governação, a manutenção da paz e segurança, a descentralização, a redução da pobreza e o desenvolvimento do nosso país.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Para terminar, gostaria de desejar a todos os membros da Comissão, agora empossados, sucesso no exercício das vossas novas funções ao serviço do Estado e do povo.

Muito obrigado e bom trabalho!

Dr. Rui Maria de Araújo
Díli, 16 de dezembro de 2015